



O Inquérito às Condições de Vida e Rendimento

permite conhecer, nomeadamente:

- a taxa de risco de pobreza
- a desigualdade na distribuição dos rendimentos monetários dos residentes

com desagregação ao nível NUTS II desde 2018.

É uma operação estatística realizada em Portugal desde 2004, atualmente no quadro do Regulamento (UE) 2019/1700 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 10 de outubro, que estabelece um regime comum para as estatísticas europeias respeitantes às pessoas e aos agregados domésticos, com base em dados individuais recolhidos a partir de amostras, e do Regulamento de Execução (UE) 2019/2242 da Comissão, de 16 de dezembro de 2019, que especifica os aspetos técnicos sobre a organização de um inquérito por amostragem no domínio do rendimento e das condições de vida, com aplicação em todos os Estados-Membros, permitindo a comparação internacional dos dados nacionais.

A metodologia de inquérito prevê o acompanhamento de cada família selecionada para a amostra durante quatro anos de modo a viabilizar estudos sobre o impacto das condições económicas e das políticas sociais nos diferentes grupos sociais.

A QUALIDADE DOS RESULTADOS
ESTATÍSTICOS DEPENDE DO NÚMERO E DA
QUALIDADE DAS RESPOSTAS OBTIDAS.

CONTAMOS CONSIGO!

Todos os dados estatísticos individuais recolhidos pelas autoridades estatísticas são de natureza confidencial (Lei nº. 22/2008 de 13 de maio - Artigo 6.º). Subsidiariamente aplica-se a legislação relativa à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais, nomeadamente, o Regulamento (UE) 2016/679, de 27 de abril.

Como posso solicitar mais esclarecimentos?

- Diretamente ao Entrevistador quando o contactar
- Através do email: apoio.respondente@ine.pt

Instituto Nacional de Estatística
Av. António José de Almeida
1000-043 LISBOA



INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA
STATISTICS PORTUGAL

Inquérito às Condições de Vida e Rendimento



2024

www.ine.pt

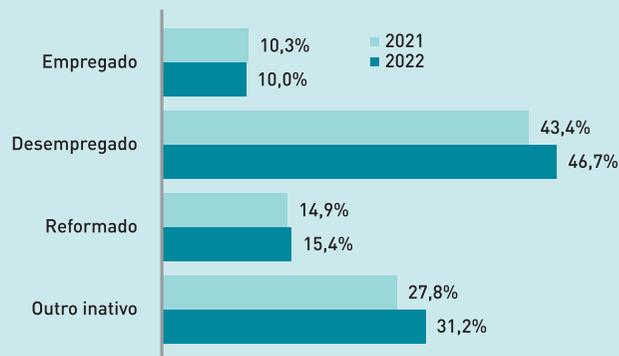
Informar. Saber. Decidir.

ALGUNS RESULTADOS DO INQUÉRITO

De acordo com o Inquérito às Condições de Vida e Rendimento (EU-SILC) realizado em 2023, incidindo sobre rendimentos de 2022, 17,0% dos indivíduos residentes em Portugal encontravam-se em risco de pobreza. O limiar de pobreza estabelecia-se, em 2022, em 591 euros por mês

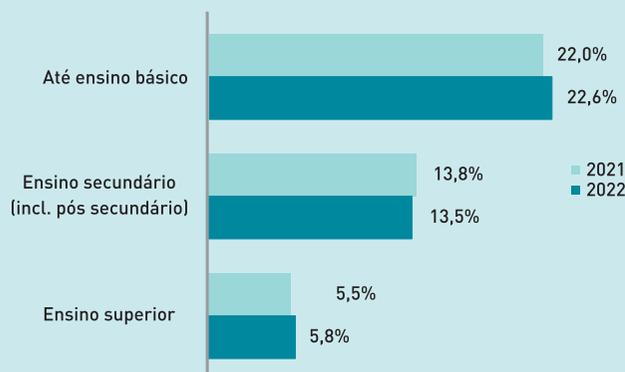
Em 2022, a taxa de risco de pobreza para a população desempregada ascendeu a 46,7%, significativamente superior à da população empregada, que foi de 10,0%. Para a população reformada, a taxa de risco de pobreza situou-se nos 15,4% e para as restantes pessoas inativas foi de 31,2%.

Taxa de risco de pobreza segundo condição perante o trabalho, Portugal, 2021-2022



Fonte: INE, Inquérito às Condições de Vida e Rendimento 2022-2023

Taxa de risco de pobreza por nível de escolaridade, Portugal, 2021-2022



Fonte: INE, Inquérito às Condições de Vida e Rendimento 2022-2023

A educação tem um contributo importante para a redução do risco de pobreza: enquanto 22,6% da população que tinha concluído, no máximo, o ensino básico era pobre em 2022, o risco de pobreza descia para 13,5% entre a população que tinha terminado o ensino secundário ou pós-secundário e para 5,8% entre a que tinha concluído o ensino superior.

A taxa de risco de pobreza é a proporção de habitantes com rendimentos anuais por adulto equivalente inferiores ao limiar ou linha de pobreza relativa, calculada a partir da distribuição dos rendimentos monetários líquidos equivalentes (60% da mediana). O rendimento por adulto equivalente obtém-se dividindo o rendimento de cada agregado familiar pela sua dimensão em termos de adultos equivalentes (escala modificada da OCDE).

Os indicadores de desigualdade na distribuição dos rendimentos, como por exemplo o S80/S20, medem a assimetria na distribuição dos rendimentos anuais por adulto equivalente entre os grupos da população com maiores e menores recursos, ou seja, quanto vale o total dos rendimentos da população com maiores recursos em comparação com o total dos rendimentos da população com menores recursos.

A recolha pormenorizada e rigorosa de todos os rendimentos das famílias selecionadas, por tipo e nível de rendimento, bem como das características de cada membro, permite calcular indicadores de desigualdade e de pobreza associados à distribuição dos rendimentos das famílias.

Mais informação em:

www.ine.pt